



destaques do mês

Projeto 24 Horas ainda não muda rotina dos portos

O Governo Federal estabeleceu o funcionamento, em período integral, dos serviços públicos em terminais portuários, com o objetivo de melhorar o desempenho das operações e reduzir os custos. Contudo, no Rio de Janeiro, o início do projeto Porto 24h não modificou a rotina no sistema portuário. Representantes dos armadores e dos órgãos públicos que atuam nos portos do Rio de Janeiro e Santos dizem que para o programa funcionar de forma adequada será preciso aumentar o contingente de funcionários envolvidos no desembarço das mercadorias, como Receita Federal, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Ministério da Agricultura. De acordo com Luis Resano, Vice-Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma), o aumento da demanda deve levar um tempo para se concretizar levando-se em conta a programação de escala nos portos, feita de forma antecipada pelos armadores. O objetivo da Secretaria Especial de Portos é desburocratizar a operação portuária, num plano que custará R\$ 800 milhões do PAC para implantar o Sistema Inteligência de Logística. (23.04.2013 - Valor Econômico; 30.04.2013 - DCI)

Trilho de baixa qualidade reduz capacidade da Ferrovia Norte-Sul

De acordo com o Ministério dos Transportes, cerca de 855 km da Ferrovia Norte-Sul foram construídos com material de baixa qualidade. O trecho em questão é o que liga Anápolis (GO) a Palmas (TO). O material usado nos trilhos foi classificado pelos técnicos responsáveis pela vistoria de “baixa dureza” e foi importado da China. A baixa qualidade dos trilhos resultará na redução da quantidade de carga transportada pela via, bem como na velocidade e em problemas com segurança. Segundo o relatório, há aços usados nos trilhos que estão despedaçando. Atualmente os trens da ferrovia transportam somente material próprio para o andamento das obras. Parte do trilho chinês que já custou R\$ 470 milhões aos cofres públicos está depositado sem cobertura, debaixo de chuva e sol. O material começou a chegar ao Brasil em 2007 e o Governo já recebeu 151 mil toneladas de barras de aço de “baixa dureza”. O material foi fornecido pela empresa Dismaf, que adquiriu os trilhos com a companhia chinesa Pangnang, considerada uma das maiores do ramo do mundo. Os contratos seguem sendo alvo de investigação de órgãos de controle. Diante do alerta do Ministério dos Transportes, a Valec irá contratar uma empresa privada para dar continuidade ao serviço, com previsão de abertura de concorrência para maio. A Dismaf nega a entrega de trilhos de baixa qualidade ou defeituosos à Estatal, ressaltando que a Valec chegou a enviar representantes à China para conhecer o processo de produção do material. (23.04.2013 - Folha de São Paulo)

painel

■ Consulta Pública sobre distribuição de combustíveis líquidos

Está em consulta pública a minuta da resolução que propõe o novo arcabouço regulatório para o setor de distribuição de combustíveis líquidos até dia 21 de maio de 2013. No dia 28 de maio, será realizada uma consulta pública no escritório central da ANP. Mais informações: www.anp.gov.br

■ ANEEL abre consulta pública sobre a revisão das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição

Está aberta consulta pública que sobre a base de dados que será utilizada no cálculo das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) aplicáveis a centrais geradoras conectadas em nível de tensão de 88 a 138 kV, referente ao ciclo tarifário 2013/2014. As contribuições poderão ser enviadas até 20 de maio de 2013. Mais informações: www.aneel.gov.br

Leilões no pré-sal devem ocorrer em intervalos mínimo de 2 anos

Na avaliação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), os leilões para a concessão de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal só devem ocorrer em um intervalo mínimo de dois anos segundo a Diretora-Geral da Agência Magda Chambriard. Sobre a 1ª Rodada de Licitação do Pré-Sal, prevista para novembro deste ano já sob o regime de partilha da produção, Magda afirmou que entre maio e junho devem ser definidas áreas e regras do leilão. (15.04.2013 - EBC)

Após três anos, canal de Santos é ampliado

O Governo Federal irá, enfim, aumentar a profundidade do canal de acesso do Porto de Santos, após três anos do início das obras que envolveram paralisações e revisões no projeto. Iniciada em 2010 e prevista para ser concluída em 2011, a dragagem deveria aumentar de 13,5 para 15 metros a entrada do porto. Mas, no processo de homologação das novas medidas, a profundidade verificada pela Marinha do Brasil ficou entre 14,5 e 14,9 metros. Com as novas medições, o calado estabelecido para Santos subirá de 12,3 para 13,2 metros na maré normal e de 13,3 para 14,2 na maré alta. Embora represente ganhos importantes para a eficiência dos terminais, a profundidade aprovada ainda não é suficiente para permitir a entrada de navios maiores que aqueles que já atracam no porto hoje, muito menos os super navios em operação no Mundo. O capitão dos Portos de São Paulo, Comandante Marcelo Ribeiro de Souza, um dos responsáveis pela homologação da dragagem, explica que, pela regra e para garantir a segurança, o calado autorizado tem de ser, pelo menos, 10% menor que a profundidade do canal. Na primeira tentativa de homologar a nova profundidade do canal de acesso, a Marinha entendeu que as medidas não justificavam mudanças e mais uma dragagem teve de ser realizada para corrigir os erros apontados. (29.04.2013 - Gazeta do Povo)

Governo quer concessão para hidrovias

O Governo Federal avalia a possibilidade de lançar um programa de investimentos em hidrovias. Há a possibilidade de se conceder à iniciativa privada a manutenção de leitos e de portos fluviais e até incluir nesses leilões a construção de obras como derrocamento e eclusas. Uma dificuldade, porém, é definir o modelo de remuneração do concessionário, uma vez que nunca se cobrou pedágios em leitos de rio. De acordo com o Presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Bernardo Figueiredo, a Hidrovia será uma alternativa fundamental para o escoamento de grãos, como o Rio Madeira já é hoje. Segundo ele, para melhorar o escoamento de grãos já estão incluídas nos programas de concessões algumas obras como a ferrovia Norte-Sul que vai até Belém. Com as concessões já lançadas, espera-se uma queda de 30% no custo do frete até os portos. O que vai resolver o problema da logística é o que está previsto nos programas de concessão, mas isso tem um prazo de maturação de dois a cinco anos. No curto prazo, podem ser obtidos ganhos de produtividade, com armazéns reguladores. A ampliação da capacidade de armazenagem do País constará do novo plano da safra 2013/2014, que será anunciado em maio. (20.04.2013 - O Globo)

Reservatórios têm nível mais baixo no início de estiagem em 12 anos

Os principais reservatórios das hidrelétricas estão chegando ao fim do período de chuvas com o nível de armazenamento mais baixo dos últimos 12 anos. Apesar da comparação desfavorável, especialistas consideram boas as chances de atravessar o período de estiagem (que começa em maio e vai até novembro) sem sobressaltos, minimizando o risco de racionamento de energia em 2014. A perspectiva de maior tranquilidade no abastecimento, porém, não está saindo de graça: o custo de acionamento das usinas térmicas deverá mais do que quadruplicar, em relação a 2012. (30.04.2013 - Valor Econômico)

Apenas eólicas com garantia de conexão vão participar de leilão

O próximo leilão de usinas eólicas, marcado para agosto, incluirá apenas projetos que tenham garantia de conexão ao sistema elétrico. A restrição é uma medida para evitar que atrasos na construção de linhas de transmissão impeçam a conexão de parques eólicos ao sistema, afirmou o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim. A medida pretende aumentar a segurança dos novos projetos, pois só vai ser contratado aquilo que tiver conexão garantida. O próximo leilão para eólicas será segmentado em duas fases: na primeira os projetos vão disputar o direito de se conectar a uma subestação de energia com capacidade disponível, a segunda será o leilão tradicional, onde contará o menor preço na oferta (30.04.2013 - Valor Econômico)

Setor elétrico vai receber R\$ 148 bilhões em cinco anos

O Brasil deverá investir R\$ 148 bilhões nos próximos cinco anos em projetos para geração e transmissão de energia elétrica. Em geração, o principal destaque é a licitação para a construção da usina hidrelétrica de São Luiz dos Tapajós, no Pará, com 6.133 MW de capacidade, que poderá ser realizada no próximo ano e consumir mais de R\$ 10 bilhões em investimentos. Para reduzir o impacto ambiental, a obra pode utilizar o modelo de usinas plataformas. Neste ano, em geração hidrelétrica, o Governo está trabalhando para licitar a hidrelétrica de Sinop, no Mato Grosso, com 400 MW de potência instalada, e em colocar também em leilão a usina Três Irmãos, da Cesp. A geradora paulista não renovou sua concessão ano passado pelas regras do Governo Federal estipuladas na MP 579. A União corre também contra o tempo para obter a licença ambiental da hidrelétrica São Manoel (700 MW). De acordo com Mauricio Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, entre 2012 e 2017, devem ser licitados R\$ 148 bilhões em projetos em energia elétrica, sendo que R\$ 120 bilhões se referem a projetos de geração de energia elétrica, com prioridade para fontes renováveis. (30.04.2013 - Valor Econômico)

Ministério de Minas e Energia estuda retomada térmica para 2013

A retomada das termelétricas movidas a carvão e gás natural nos leilões de energia no Brasil poderá ocorrer ainda em 2012, segundo o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura. A tendência, segundo ele, é que as fontes participem do próximo A-5, no segundo semestre de 2013. A volta das usinas aos certames, ainda dependem de alguns fatores como, por exemplo, a disponibilidade do gás natural. No entanto, seria responsável pela volta das térmicas na geração de base do sistema, com uma fonte mais barata do que o óleo combustível. Ventura também adiantou que o Governo está desenvolvendo, ainda de forma embrionária, a construção de termelétricas movidas a *shale gas*, na região do poço de exploração. O momento e a disponibilidade da fonte, no entanto, dependem da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP). (14.04.2013 - Jornal da Energia)

Smart grids chegam às cidades

As redes inteligentes de energia elétrica, *smart grids*, começam a migrar dos laboratórios científicos para as cidades brasileiras. Empresas concessionárias de geração e distribuição estão desenvolvendo projetos-pilotos em sete Estados: Amazonas, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná para verificar, em condições reais, as diversas funcionalidades dessas novas tecnologias. As vantagens incluem redução de perdas, gestão automatizada e aumento da eficiência energética. As redes inteligentes possibilitam também a geração distribuída de energia a partir de fontes renováveis como a eólica e a solar. (30.04.2013 - Valor Econômico)

Falta de qualidade dos projetos atrasa licenciamentos

As análises para licença ambiental e para o "acompanhamento das desestatizações", pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as rodovias federais evidenciam o descompasso hoje existente entre a necessidade de resgatar em um curto prazo a infraestrutura rodoviária do País e, ao mesmo tempo, atender às exigências da sociedade por desenvolvimento sustentável, feito com transparência e regularidade. Muitos problemas encontrados pelo TCU em editais de passado recente estavam na divergência e desatualização de dados constantes nos projetos básicos. Elzo Jorge Massarala, Presidente da Enecom, consultoria especializada em projetos de infraestrutura, acredita que atualmente haja falta de qualidade dos projetos básicos. Diz Massarala que trabalhos que necessitam de anos para serem produzidos estão sendo exigidos em prazos de dois meses. "Mesmo com a alocação de equipes grandes, há questões em um projeto que não podem ser solucionadas de modo paralelo", afirma. O Tribunal de Contas da União reitera que não há falta de equipes para análise das concessões e que os prazos definidos para as cinco etapas do processo são sempre cumpridos. "O TCU procura contribuir para o aprimoramento do marco regulatório e aumento da transparência dos processos.". (30.04.2013 - Valor Econômico)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2017

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	3.179	1.303	3.097	3.965	3.667	15.211
Otimista	3.179	1.303	3.097	4.421	3.667	15.666

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	1.603	1.179	1.350	0	0	4.132
Otimista	1.626	1.179	1.400	650	0	4.855

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	2.523	693	595	0	0	3.810
Otimista	3.261	3.667	2.115	555	18	9.616

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	7.305	3.175	5.042	3.965	3.667	23.153
Otimista	8.066	6.149	6.612	5.625	3.684	30.137

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

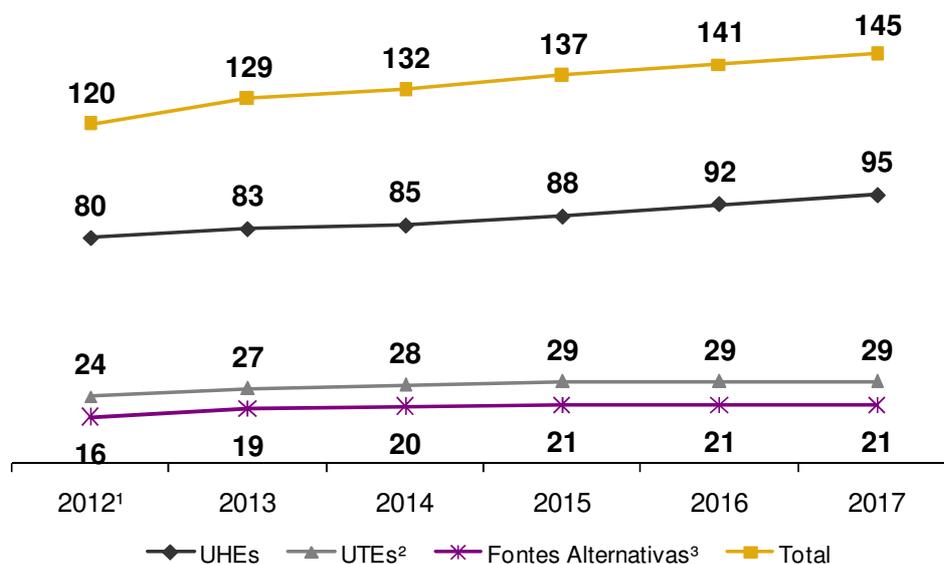
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

*Inclui as participantes e as não-participantes do Programa Proritário de Termelétricas.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 2,9% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2017.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 30,1 mil MW no período 2013-2017. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

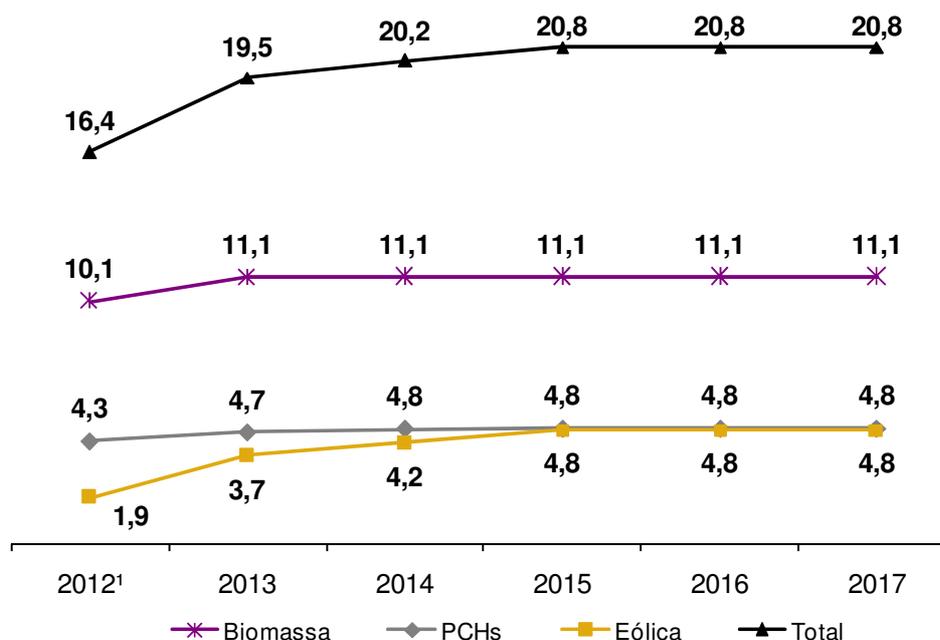
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2012.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2012.

Entre 2012 e 2017, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 19% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 22% no mesmo período. Em dezembro de 2012, a participação das UHEs foi de 66% na matriz elétrica nacional e não deve sofrer alteração até 2017. A participação na capacidade total instalada das UTES deve permanecer em 20%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2017.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2017, passará de 2% para 3%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2013, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 7,6 e 3,2%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2017, Baixo Iguaçu (PR) apresenta restrição para a contratação de 320 MW e São Roque (SC) com restrição de contratação de 135 MW. No cenário conservador, 15,2 mil MW devem entrar em operação até 2017.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 4,9 mil MW até 2017, sendo que cerca de 4,1 mil MW (85%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A usina hidrelétrica de Santo Antônio conta com doze unidades geradoras em operação comercial e quatro em fase de comissionamento. A expectativa da Santo Antônio Energia é de totalizar pelo menos 24 máquinas em geração até dezembro de 2013.

Essas máquinas estão conectadas à Rede Elétrica Regional Acre/Rondônia através do sistema Back-to-Back da Subestação Coletora de Porto Velho, contando ainda com a alternativa de conexão através da subestação provisória de 465 MVA, implantada pela Santo Antônio Energia.

A conexão final ao sistema interligado nacional, no Subsistema Sudeste/Centro-Oeste, dependerá da entrada em operação do primeiro bipolo do Sistema de Transmissão do Madeira, em extra alta tensão. A linha de transmissão em corrente contínua, operando em 600 kV, que faz parte do Sistema de Transmissão do Madeira, está em fase final de implantação com certo atraso, pois sua conclusão, no trecho entre os Estados de Rondônia e Mato Grosso, foi em parte afetada pelo regime de chuvas dessa época do ano na Região Amazônica. As Subestações Conversoras de Porto Velho 1 e Araraquara 1 já estão em comissionamento, com previsão de operação para o final do primeiro semestre do ano em curso, junto com a Linha de Transmissão em 600 kV.

A geração comercial da primeira unidade da hidrelétrica de Jirau, prevista para o primeiro semestre de 2013, está condicionada ao enchimento do reservatório, à conclusão da montagem eletromecânica e à realização dos testes de comissionamento.

Os Consórcios que constroem as obras de Santo Antônio e Jirau concluíram as negociações de dissídio coletivo com os sindicatos e representantes dos trabalhadores. Porém a paralisação dos trabalhadores afetou as atividades da usina de Santo Antônio, o que resultou na postergação da entrada em operação comercial das unidades 13 e 14 em cerca de 15 dias.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 464 MW de potência adicional até 2017. Já no cenário otimista, até 2017, devem entrar em operação 1,2 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação dos 32 MW.

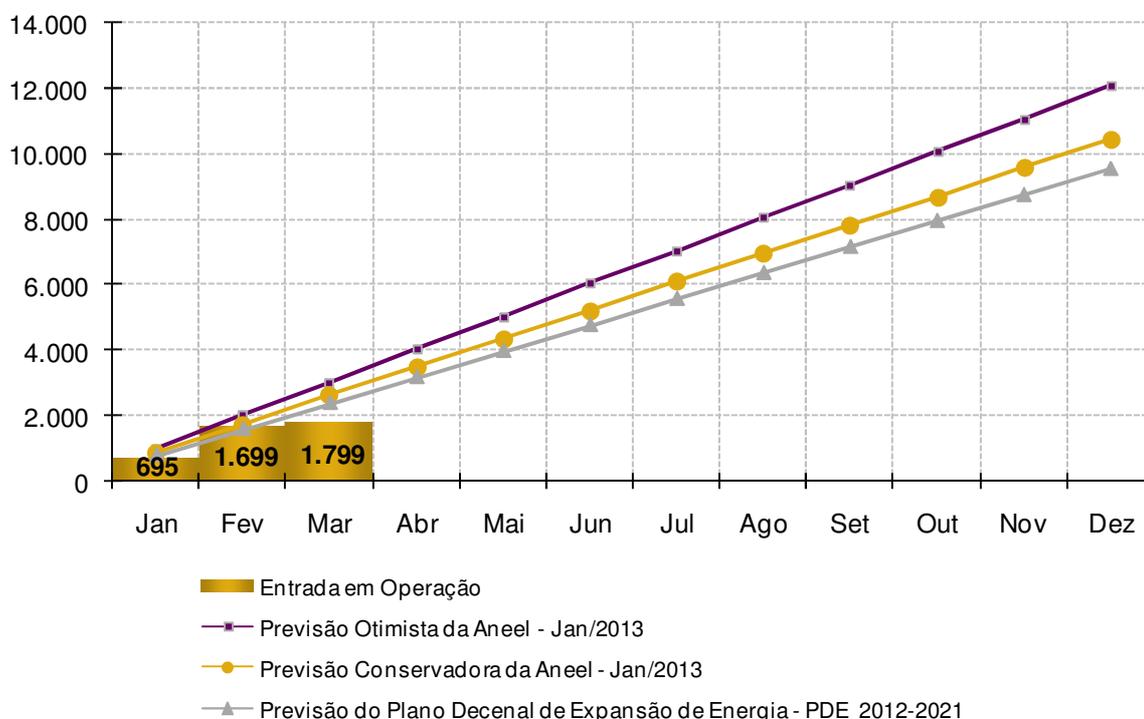
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 623 MW até 2017. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,4 mil MW para o mesmo período. As seis usinas a biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 7 mil MW, apenas 39% da potência (2,7 MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2017.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

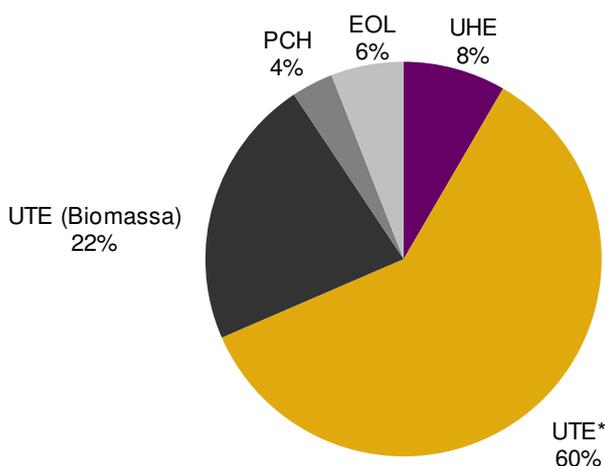
Expansão da Capacidade de Geração em 2013 (MW)
De 1º de janeiro a 15 de março de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2013, até 15 de março, entraram em operação 1.799 MW. Desse total, as UTEs representaram 60% da potência total que entrou em operação. As UTEs de Biomassa representaram 22% da potência total instalada, as UHEs representaram 8%, as PCH e EOL representaram 4% e 6% respectivamente, da capacidade instalada no período.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de março de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em março de 2013, 38.396 GWh, apresentando um valor 2% superior ao observado em março de 2012. No acumulado do ano, o consumo foi 2% superior.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 15.066 GWh, valor 3% inferior ao observado no mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, o consumo foi 2% inferior.

De acordo com a EPE, o comportamento dos indicadores de atividade da Indústria tem seguido em “stop and go”, não havendo sinais de uma performance sustentada. Segundo os dados da CNI, os estoques estão em níveis planejados e a utilização da capacidade instalada está no mesmo nível de dezembro último, dois pontos percentuais abaixo de março de 2012. A retração no preço das commodities metálicas no mercado internacional explica porque esses segmentos diminuíram o nível de produção influenciando negativamente no consumo de energia nos Estados onde se destacam a produção desses segmentos.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Março 2012	Março 2013	Var. %	Jan-Mar 2012	Jan-Mar 2013	Var. %
Residencial	10.273	10.362	1	29.755	31.725	7
Industrial	15.532	15.066	-3	45.197	44.071	-2
Comercial	7.049	7.151	1	20.146	21.359	6
Outras	5.751	5.817	1	16.776	17.445	4
Total	38.605	38.396	-1	111.874	114.600	2

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de março de 2013 foi de 59 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 11% inferior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção de petróleo foi 10% inferior.

O grau API médio do petróleo produzido em março de 2013 foi de aproximadamente 24,8°, sendo que 9% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 65% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 26% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

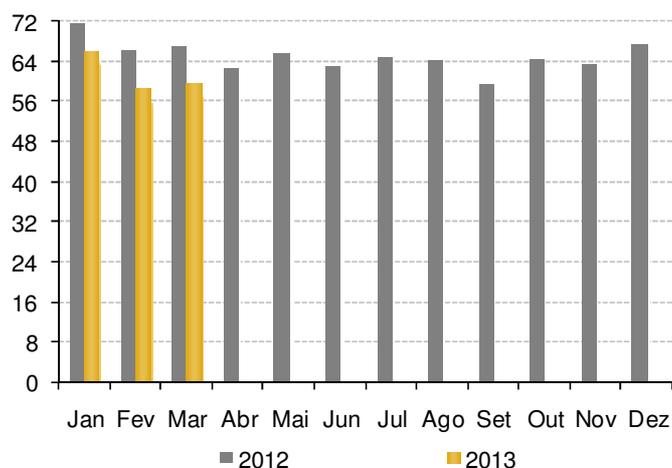
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em março de 2013, foi de 65 milhões de bep. Esse volume foi 8% superior ao observado em março de 2012. Até março de 2013 comparado ao mesmo período de 2012, observou-se um aumento de 9%.

De acordo com a ANP, em março de 2013, cerca de 87,1% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em março de 2013, foi de 13,5 milhões de bep, valor 36% inferior ao exportado em março de 2012. No acumulado do ano, a queda foi de 45%. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os motivos para o recuo das vendas externas do petróleo são queda na produção e aumento do consumo interno do produto.

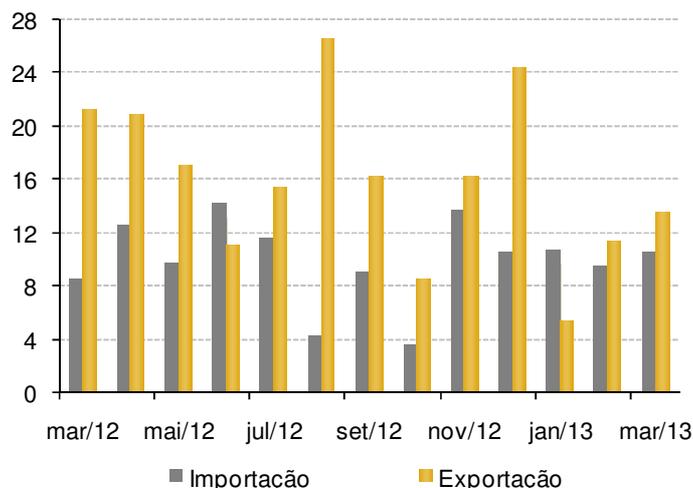
O preço médio do petróleo importado pelo País, em março de 2013, foi de US\$ 119,73/barril, valor 9% inferior ao observado em março de 2012.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



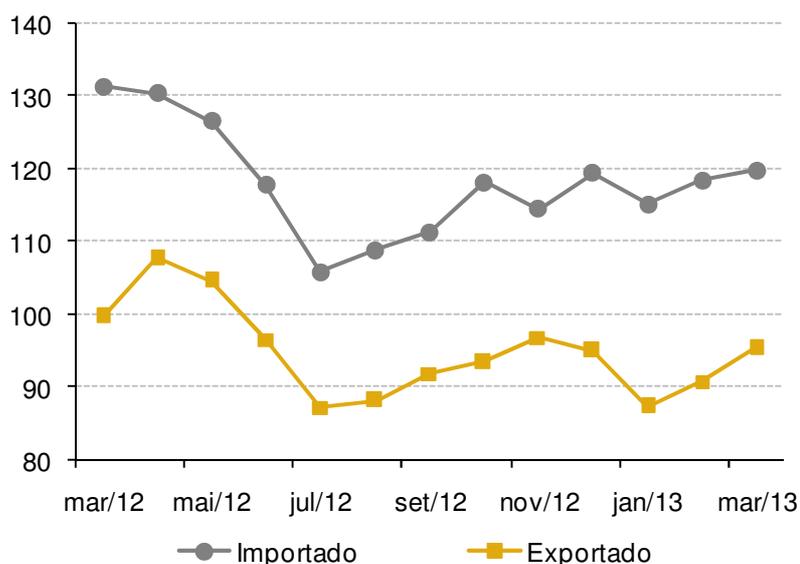
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

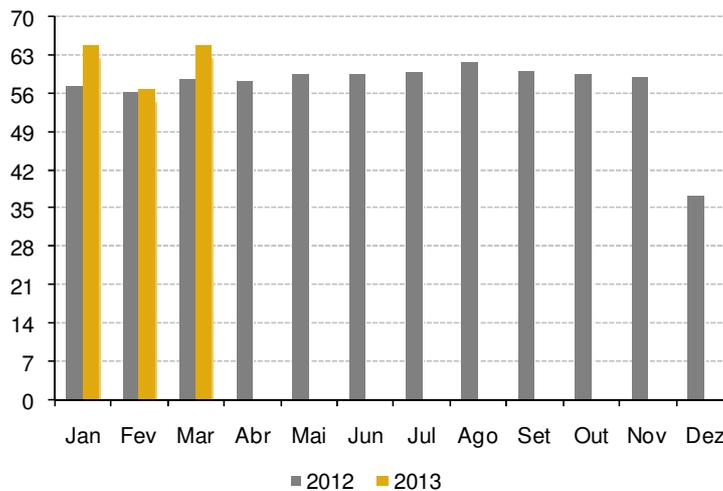


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

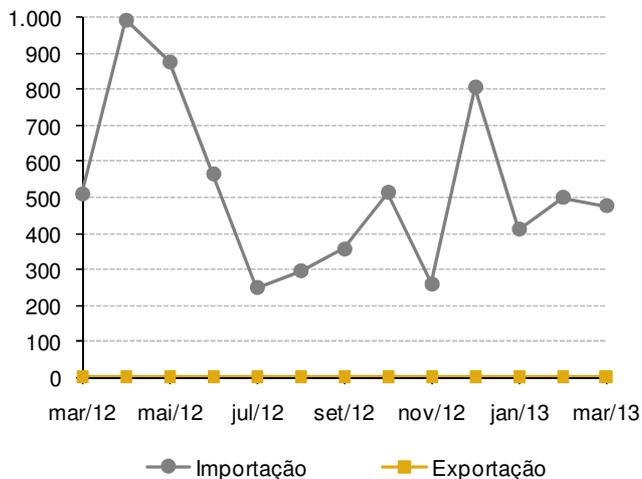
Em março de 2013, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 65 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), volume 10% superior ao produzido em março de 2012. No acumulado do ano, o crescimento foi de 8%.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



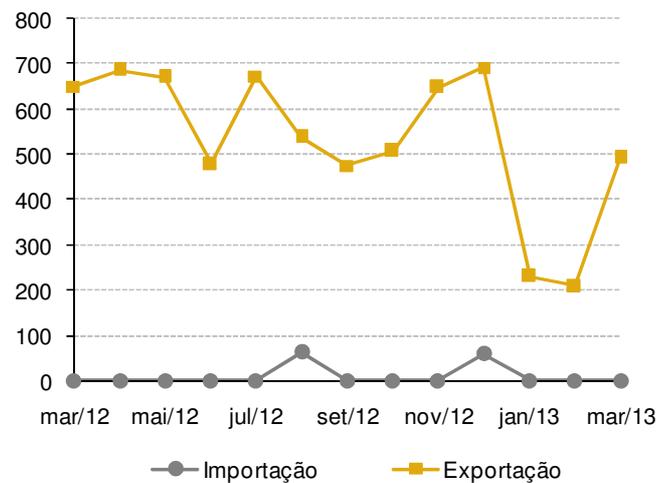
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

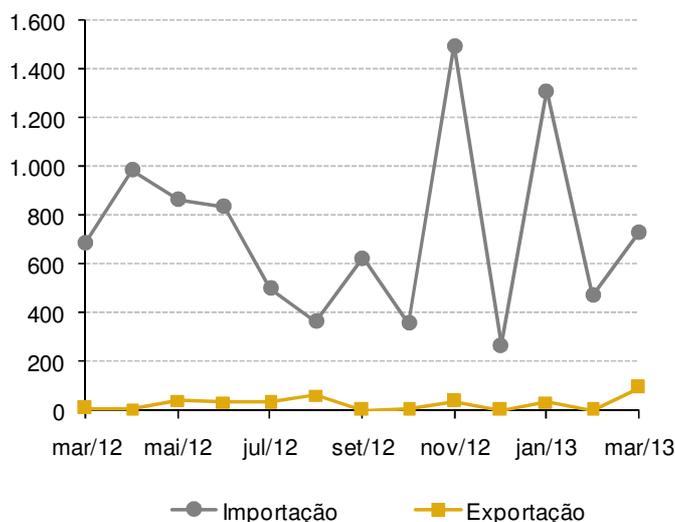


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em março de 2013, foi de 14 milhões bep, valor 2% inferior ao registrado em março do ano anterior. No acumulado do ano, a importação de derivados de petróleo apresentou um crescimento de 18%.

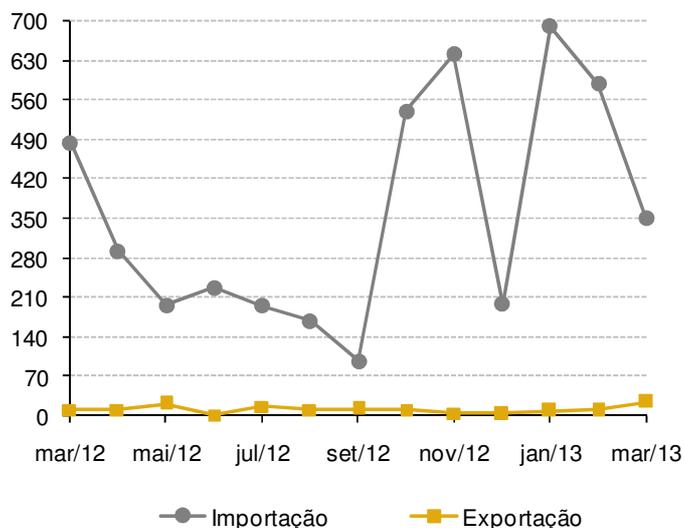
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em março de 2013, foi constatado um total de 8 milhões bep, o que representa um volume 6% inferior ao mesmo mês de 2012. O volume foi 28% inferior na análise do acumulado do ano.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em março de 2013, o Brasil registrou uma dependência externa de 5% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação líquida de petróleo e derivados foi de 3 milhões de bep frente a um consumo aparente de 62 milhões de bep. Em março de 2012, a dependências externa foi de -12%. No acumulado do ano, foi observada uma dependência de 13%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de -10%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Março/2012	jan-mar/2012	Março/2013	jan-mar/2013
Produção de Petróleo (a)	67	205	59	184
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-13	-31	-3	0
Imp. Líq. de Derivados (c)	6	12	6	26
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	60	186	62	210
Dependência Externa (e)=(d-a)	-7	-19	3	27
Dependência Externa (%) (e)/(d)	-12	-10	5	13

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em março de 2013, apresentou saldo negativo de US\$ 558 milhões FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 558 milhões FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US\$ 215 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 3,9 bilhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Março/2012	jan-mar/2012	Março/2013	jan-mar/2013
Petróleo				
Receita com exportação (a)	2.116	5.352	1.290	2.796
Dispêndio com importação (b)	1.123	2.972	1.268	3.611
Balança Comercial (c)=(a-b)	993	2.380	22	-815
Derivados				
Receita com exportação (d)	1.002	2.883	909	2.117
Dispêndio com importação (e)	1.780	4.380	1.489	5.178
Balança Comercial (f)=(d-e)	-778	-1.497	-581	-3.061
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	3.117	8.235	2.199	4.913
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.902	7.352	2.757	8.789
Balança Total (i)=(g)-(h)	215	883	-558	-3.875

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

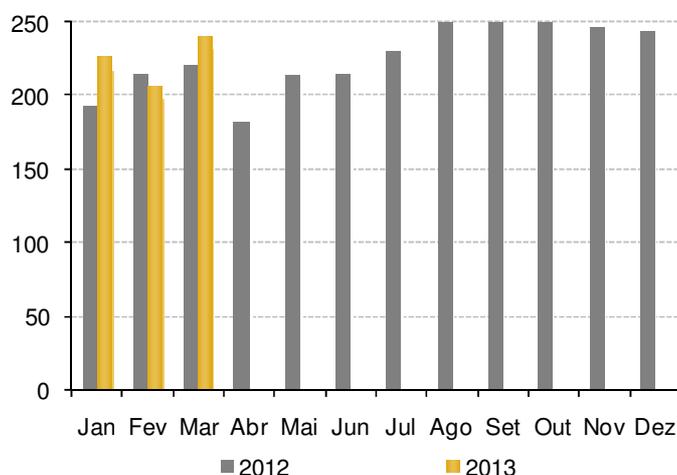
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em março de 2013, foi de 240 mil m³, montante 9% superior ao produzido em março de 2012. No acumulado do ano, a produção foi 7% superior.

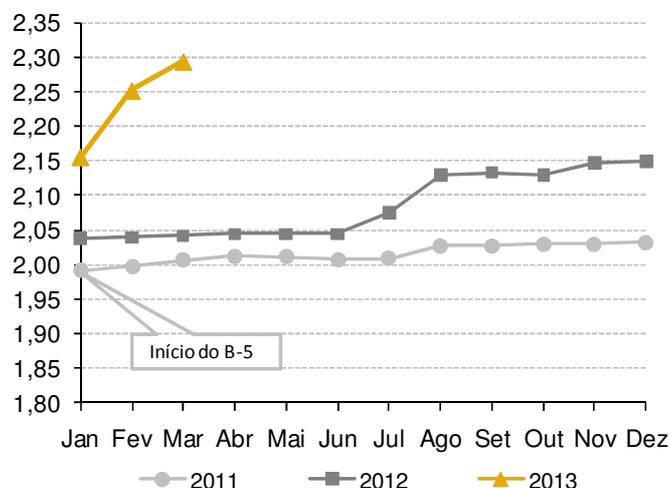
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em março de 2013, foi de R\$ 2,29/ℓ, valor 12% superior observado em março de 2012.

Produção de Biodiesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

* B2, B3, B4, B5: respectivamente, 2%, 3%, 4%, 5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2012/2013 produziu, até o dia 31 de março de 2013, 23.456 mil m³ de álcool, sendo 13.763 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (59%). Em relação ao mesmo período da safra 2011/2012, houve uma diminuição de 2% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

A produção total de álcool foi 3% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com queda na produção do álcool hidratado e alta na produção de álcool anidro.

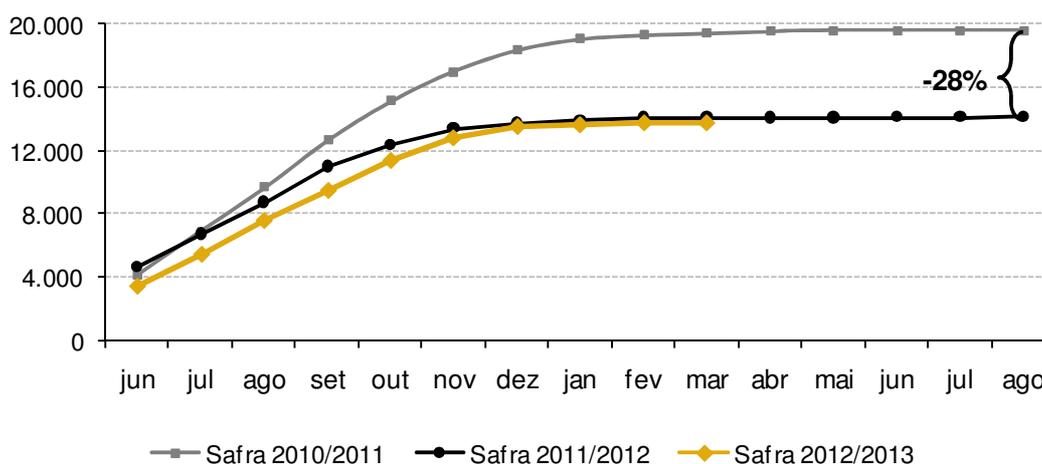
A produção de açúcar apresentou alta. Até 31 de março de 2013, produziu-se 38.348 mil ton de açúcar, volume 7% superior ao observado no mesmo período da safra 2011/2012.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2011/2012 (até 31 de março de 2012)	Safra 2012/2013 (até 31 de março de 2013)	Varição (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	8.606	9.693	13
Álcool Hidratado (mil m ³)	14.068	13.763	-2
Total Álcool (mil m³)	22.674	23.456	3
Açúcar (mil ton)	35.949	38.348	7

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



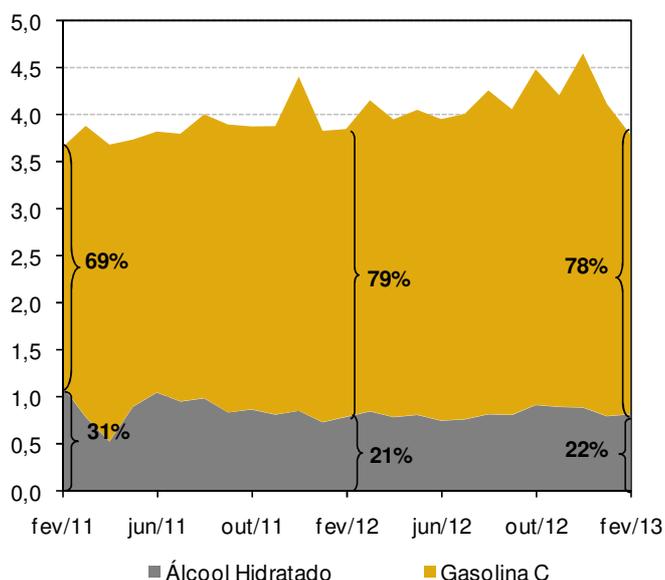
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 820 mil m³ em fevereiro de 2013. Esse número representa um aumento de 3% em relação a fevereiro de 2012. No acumulado do ano, as vendas foram 5,9% superiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

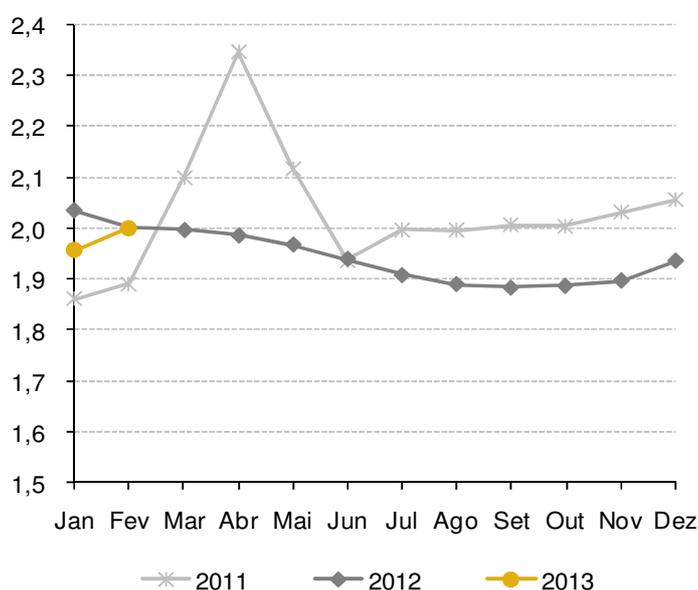
Em fevereiro de 2013, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,00/ℓ, valor similar ao registrado em fevereiro de 2012.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



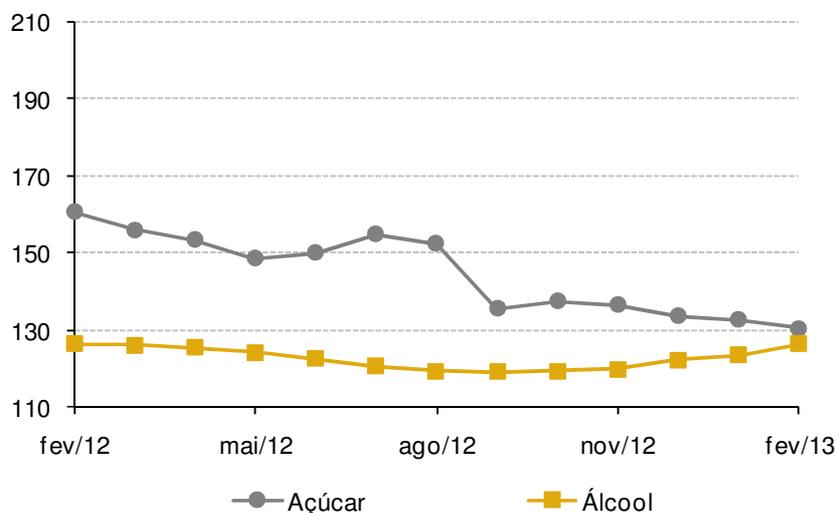
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.
* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em março de 2013, foi de 77.254 mil m³, representando um aumento de 17% comparado à média verificada em março de 2012. No acumulado do ano, a produção de gás natural foi 11% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País em março de 2013 foi de 48.839, mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 103.015 mil m³/dia. Este montante é 38% superior ao observado em março de 2012. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 42% superior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 30% em março de 2013. Em março de 2012, essa proporção havia sido de 37%.

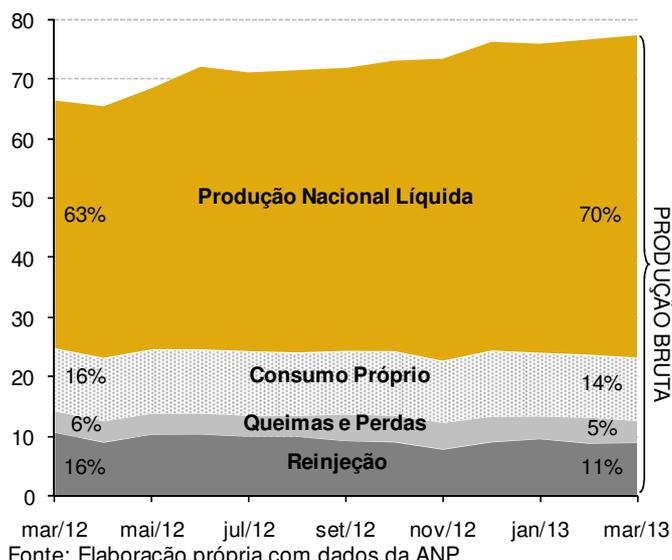
Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Março/2012	Média do período jan-mar/2012	Média em Março/2013	Média do período jan-mar/2013
Produção Nacional¹	66.273	68.955	77.254	76.548
- Reinjeção	10.595	10.824	8.823	9.011
- Queimas e Perdas	3.656	3.851	3.740	4.015
- Consumo Próprio	10.385	10.688	10.516	10.451
= Produção Nac. Líquida	41.637	43.592	54.176	53.072
+ Importação	32.793	28.444	48.839	49.181
= Oferta	74.430	72.036	103.015	102.254

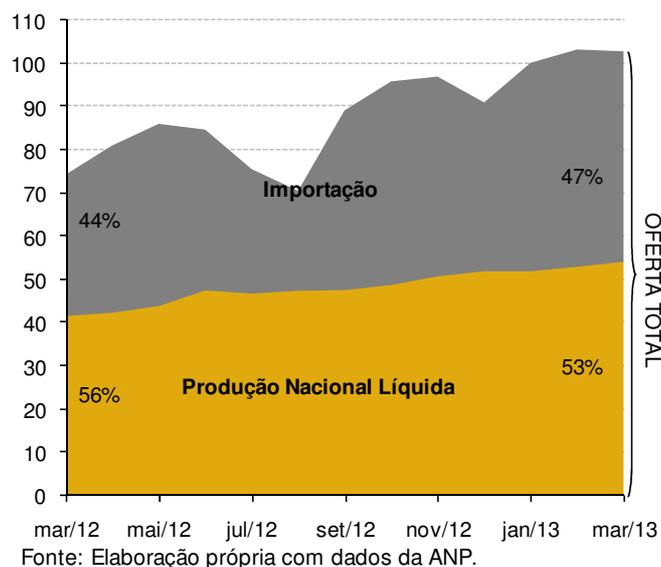
¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural
(milhão m³/dia)



Oferta Total de Gás Natural
(milhão m³/dia)



4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em março de 2013 foi, em média, de 69 milhões de m³/dia. Essa média é 55% superior ao volume médio diário consumido em março de 2012. No acumulado do ano, o consumo apresentou crescimento de 51%.

O setor industrial, em março de 2013, consumiu 27 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa uma diminuição de 4% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo industrial apresentou queda de 5%.

A manutenção do despacho das térmicas a gás para assegurar o suprimento de energia elétrica do País ancorou o aumento do consumo de gás natural no período. As térmicas utilizaram, em média, 29,5 milhões de metros cúbicos por dia de janeiro a março de 2013, um aumento de 219% em relação ao primeiro trimestre do ano anterior.

A geração elétrica foi responsável por 42% do volume total de gás consumido em março de 2013. O setor foi seguido pela indústria responsável por 39% do consumo de gás natural em março de 2013.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Março/2013	Jan-Mar/2013	Mar-2013/ Mar-2012	Acumulado do Ano
Industrial	27.093	27.014	-4	-5
Automotivo	5.192	4.976	-5	-5
Residencial	738	774	-1	1
Comercial	685	678	-3	1
Geração Elétrica	28.527	29.500	144	219
Co-geração*	2.456	2.476	-16	-17
Outros	4.745	4.603	-191	-521
Total	69.436	70.022	55	51

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

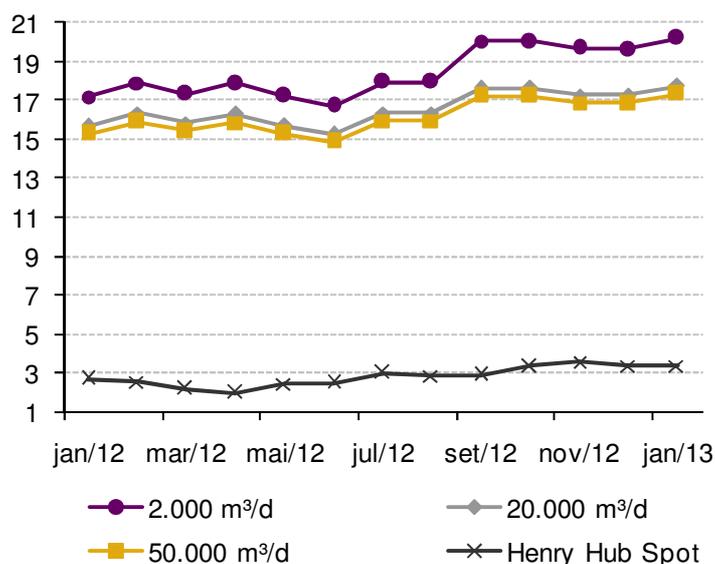
Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em janeiro de 2013, foi de US\$ 18,42/MMBTU, valor 15% superior ao apresentado em janeiro de 2012 (US\$ 16,06/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em janeiro de 2013, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,33/MMBTU, valor 25% superior ao apresentado em janeiro de 2012 (US\$ 2,67/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

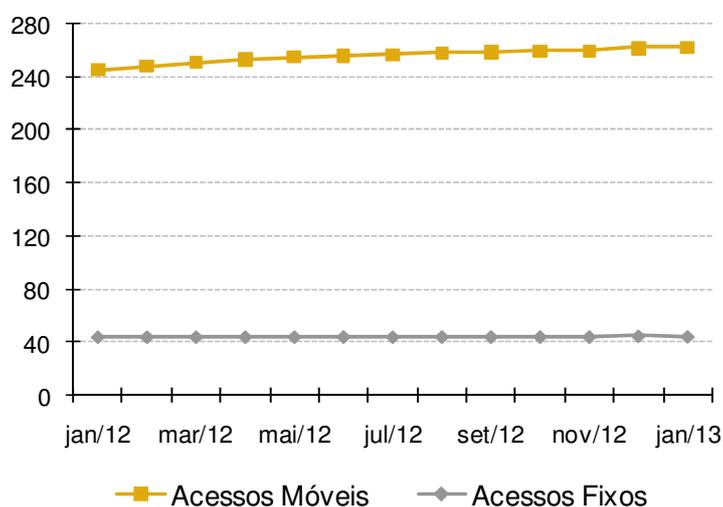
5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em janeiro de 2013, o número de acessos móveis em operação foi de 262 milhões, montante 7% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,6% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em janeiro de 2013, o número de acessos fixos foi de 44,4 milhões, valor 1% superior ao averiguado em janeiro de 2012.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação
(milhão)



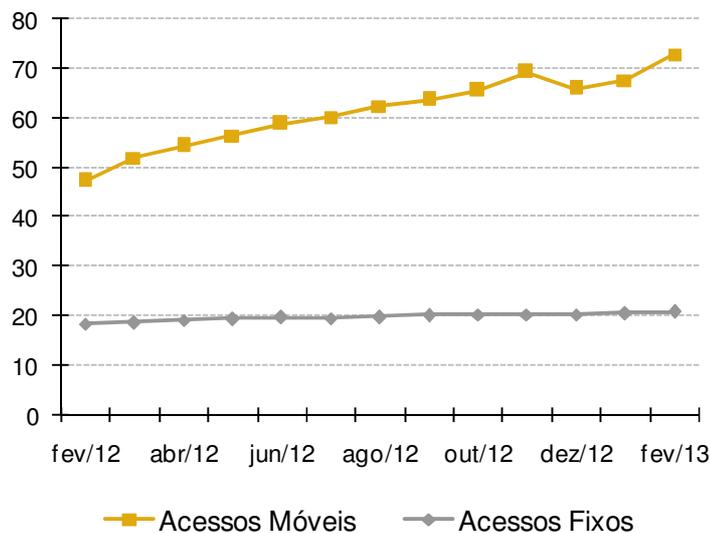
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em fevereiro de 2013 foi de 73 milhões, montante 54% superior ao observado no mesmo período de 2012. Em relação a janeiro de 2013, os acessos de internet móvel foram 8% superiores.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de fevereiro de 2013, um crescimento de 12% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a janeiro de 2013, os acessos a internet fixa foram similares.

Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel¹ e Fixa² (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

¹ WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel

² Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em fevereiro de 2013, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) foi 5% inferior ao observado em fevereiro de 2012, enquanto a movimentação de granel líquido foi 58% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em fevereiro de 2013, foi 12% superior em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Em fevereiro de 2013, os TUPs representaram 76% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 49.100 mil toneladas, volume 20% superior a fevereiro de 2012. Os portos públicos movimentaram 15.908 mil toneladas em fevereiro de 2013, volume 8% inferior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em fevereiro de 2013 foi de 510.796 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 20% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

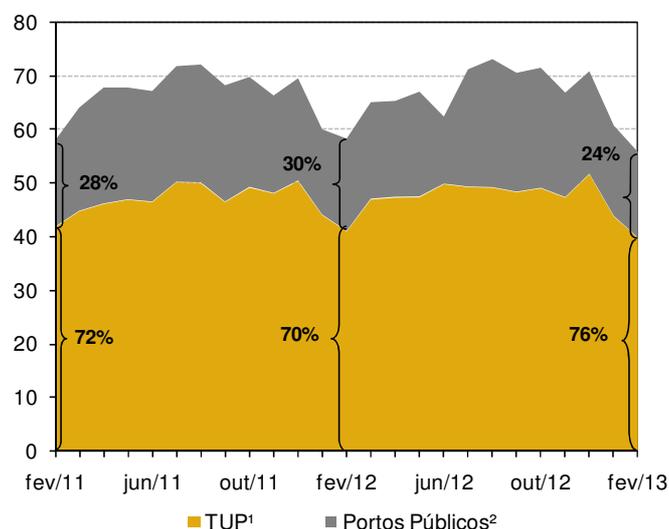
	Período		Variação %
	Fev/2012	Fev/2013	Fev-2013 / Fev-2012
Granel Sólido (a)	38.154	36.403	-5%
<i>Portos Públicos</i>	12.543	11.647	-7%
<i>TUPs</i>	25.612	24.756	-3%
Granel Líquido (b)	16.213	25.553	58%
<i>Portos Públicos</i>	3.438	3.132	-9%
<i>TUPs</i>	12.775	22.420	76%
Carga Geral Solta (c)	3.863	3.052	-21%
<i>Portos Públicos</i>	1.246	1.128	-9%
<i>TUPs</i>	2.617	1.924	-26%
Total (a+b+c)	58.230	65.008	12%
<i>Portos Públicos</i>	17.227	15.908	-8%
<i>TUPs</i>	41.003	49.100	20%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (90 instalações)

Portos públicos (31 instalações)

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

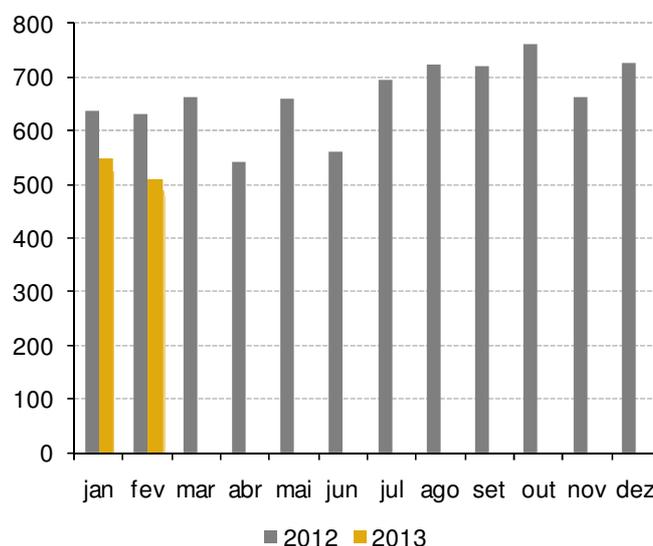


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (110 instalações)

² Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Contêineres* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (110 instalações)

² Portos públicos (33 instalações)

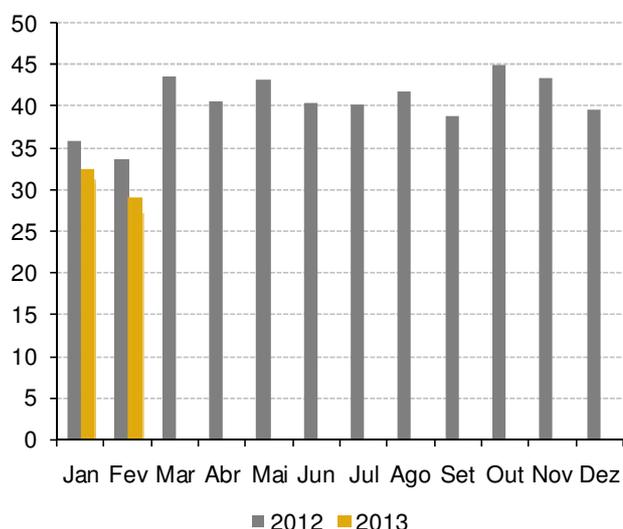
6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Desde novembro de 2012 a INFRAERO não homologa os dados de movimentação de carga e passageiros para os aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília. Enquanto a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) não disponibilizar esses dados mensalmente as análises sobre a movimentação de carga e passageiros irão considerar os totais sem o volume movimentado desses aeroportos.

Em fevereiro de 2013, 9.9 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 2% inferior ao ocorrido no mesmo mês de 2012.

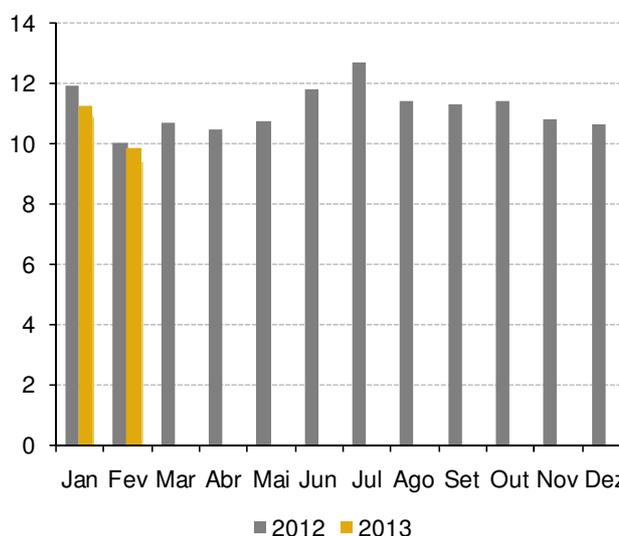
A movimentação de carga aérea total no País, em fevereiro de 2013, foi de 29 mil toneladas, montante 14% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros
(mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a março de 2013, foi de 109 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 5% superior ao observado no mesmo intervalo de 2012. Nesse período, a movimentação de produção agrícola foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (150%). O minério de ferro correspondeu a 79% do total movimentado entre janeiro e março de 2013.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Mar

Ano	2013	2012	Variação (%)
Mercadoria	Jan-Mar (mil TU)	Jan-Mar (mil TU)	acum-13/ acum-12
Minério de Ferro	86.496	78.688	10
Produção Agrícola (exceto soja)	4.280	1.713	150
Indústria Siderúrgica	3.418	4.055	-16
Soja e Farelo de Soja	4.504	6.838	-34
Carvão/Coque	2.644	2.730	-3
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	2.122	2.464	-14
Grãos Minerais	1.632	2.387	-32
Adbos e Fertilizantes	934	1.485	-37
Extração Vegetal e Celulose	1.055	1.145	-8
Indústria Cimenteira e Construção Civil	737	1.198	-39
Cimento	679	715	-5
Container	636	579	10
Carga Geral - Não Containerizada	46	88	-47
Total	109.183	104.086	5

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em março de 2013, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 53 milhões de toneladas, montante 6% inferior ao averiguado em março do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 93%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	mar/2013	jan-mar/2013	mar-2013 / mar-2012	Acumulado do ano
Marítimo	49.502	143.329	-8	3
Fluvial	1.252	2.984	24	32
Aéreo	111	350	13	7
Ferroviário	47	161	-7	4
Rodoviário	936	2.668	-3	1
Outros*	1.396	3.256	78	53
Total	53.243	152.748	-6	4

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em fevereiro de 2013, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 2,8 bilhões, valor 16% inferior ao aportado em fevereiro de 2012.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Fevereiro/2012 R\$ milhão	Fevereiro/2013 R\$ milhão	Participação %
Refino e Álcool	142	234	8
Energia Elétrica e Gás Natural	1.148	778	27
Saneamento	323	118	4
Telecomunicações	127	69	2
Transporte	1.654	1.650	58
<i>Aéreo</i>	5	0	-
<i>Aquaviário</i>	219	93	-
<i>Terrestre</i>	1.431	1.557	-
Total Infraestrutura	3.395	2.849	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2013 foi de, aproximadamente, R\$ 2,2 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 27 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 5% do orçamento total de 2013.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 21,7 bilhões o que representa 20% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2013, foram empenhados R\$ 8,3 bilhões, o que representa 7% da dotação autorizada. Até o dia 30 de abril, foram liquidados e pagos do orçamento aproximadamente R\$ 1,3 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 12,3 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 21,7 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2013, foram empenhados R\$ 2,6 bilhão (12% da dotação). Até o dia 30 de abril, foram liquidados e pagos do orçamento R\$ 79 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 2,2 bilhão.

Cerca de 83% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 17,9 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,6 bilhões, ou 12%), hidroviário (R\$ 379 milhões) e outros (R\$ 868 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2013, cerca de R\$ 112 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 4,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 12,8 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 67 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2012.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 16% foram pagos até 30 de abril (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos também correspondem a 16% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2013, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 75 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 33% no Ministério das Cidades (R\$ 24,5 bilhões) e 28% no Ministério dos Transportes (R\$ 21,0 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 10 bilhões (13% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 1,7 bilhões até 30 de abril. O pagamento realizado foi de R\$ 1,7 bilhões. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 13,7 bilhões. Restam R\$ 39 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2013, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 111 bilhões. Foram executados, até o primeiro bimestre, investimentos no valor de R\$ 13,7 bilhões, equivalentes a 12% da dotação autorizada para 2013. Esse valor foi 11% superior ao desembolsado em 2012, no mesmo período.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2013 foi de R\$ 99,5 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 13,7 bilhões, o que representa uma execução de 13% do autorizado e 96% do total executado.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentra 81% da dotação autorizada para as Estatais em 2013 e respondeu por 91% da despesa realizada até o quarto bimestre do ano, num total de R\$ 12,6 bilhões (execução de 14% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2013 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 30/04/2013*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	2.219	10	0	1	0	1	0	61	63	693
MAPA	1.450	0	0	0	0	0	0	221	221	901
MCT	2.099	82	4	56	3	14	1	213	227	916
MDIC	0	0	-	0	-	0	-	21	21	60
MME	222	9	4	3	1	3	1	27	29	30
M. Transportes	21.744	2.550	12	79	0	79	0	2.105	2.185	10.697
M. Comunicações	253	8	3	0	0	0	0	29	29	98
MMA	244	2	1	0	0	0	0	27	28	61
MDA	2.723	1	0	0	0	0	0	138	138	1.818
M. Defesa	11.403	2.843	25	607	5	605	5	1.339	1.944	5.539
M. Int. Nacional	10.084	750	7	192	2	192	2	964	1.156	5.099
M. das Cidades	13.315	179	1	12	0	10	0	1.158	1.168	11.377
Outros**	45.429	1.890	4	380	1	351	1	4.740	5.092	22.712
Total	111.185	8.325	7	1.332	1	1.256	1	11.043	12.299	60.001

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2013 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 30/04/2013*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.555	79	3	5	0	5	0	265	270	1.724
Hidroviário	379	0	0	0	0	0	0	8	8	266
Rodoviário	17.943	2.386	13	74	0	74	0	1.698	1.773	8.264
Outros	868	84	10	0	0	0	0	134	134	443
Total	21.744	2.550	12	79	0	79	0	2.105	2.185	10.697

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2013

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 30/04/2013* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	112	-1	37	74
União	4.691	-280	856	3.555

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 30/04/2013* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	12.765	-72	2.068	10.623
União	67.108	-475	10.187	56.446

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2013 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 30/04/2013*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	4.032	0	0	0	0	0	0	902	902	425
M. Planejamento	2	0	15	0	4	0	4	0	0	0
MCT	152	12	8	3	2	2	1	12	14	84
M. Fazenda	107	0	0	0	0	0	0	160	160	0
MEC	4.204	9	0	3	0	3	0	856	859	2.396
M. Minas e Energia	387	77	20	9	2	8	2	78	85	157
M. Saúde	3.748	131	4	11	0	11	0	382	392	3.130
M. Transportes	21.039	2.598	12	80	0	80	0	2.153	2.233	10.542
M. Cultura	1.058	310	29	0	0	0	0	74	74	217
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
MDA	1.700	0	0	0	0	0	0	71	71	1.188
M. Defesa	4.206	2.471	0	544	0	543	0	467	1.010	3.378
M. Integr. Nacional	7.802	563	7	185	2	185	2	833	1.018	3.030
M. Desenv. Social	923	0	0	0	0	0	0	200	200	104
M. Cidades	24.514	3.497	14	853	3	851	3	7.510	8.362	14.261
Total	74.957	9.669	13	1.688	2	1.683	2	13.707	15.390	38.934

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2013
Estatais e Agências de Fomento

			R\$ milhão		
Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 1º bim.	Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 1º bim.
Minas e Energia	99.544	13.234	Produção Industrial	3.285	469
Comunicações	1.400	48	Energia Elétrica	10.749	683
Transportes ¹	0	0	Combustíveis Minerais	76.965	11.252
Defesa	8	0	Transporte Aéreo	1.462	87
Outros	9.876	456	Transporte Hidroviário	2.547	77
Total	110.829	13.738	Transportes Especiais	4.630	486

¹Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 1º bim.	Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 1º bim.
Indústria	2.575	434	Grupo Eletrobrás	10.241	676
Comunicações	1.371	48	Grupo Petrobras	89.303	12.558
Energia	96.833	12.805	Cias DOCAS ²	1.484	26
Transporte	3.493	121	Infraero ²	1.564	93

Fonte: Portaria n.º 01/2013 do MPOG.

²Despesas alocadas na Presidência da República.

Documento elaborado com dados disponíveis até 06 de maio de 2013.